



ECONOMIA

Sem reforma, nota do Brasil cai mais

A Fitch rebaixou o País, o que pode afastar investidores. Apesar disso, mercado financeiro espera crescimento este ano

Por: Marina Barbosa, da Folha de Pernambuco em 25/02/18 às 08H00, atualizado em 24/02/18 às 12H52



Congresso nacional

Foto: Reprodução/ Internet

O adiamento da Reforma da Previdência fez a nota de crédito do Brasil ser rebaixada novamente. A Fitch deixou o País três níveis abaixo do selo de bom pagador, assim como já havia feito a Standard & Poor's (S&P). E a Moody's também não gostou da notícia de que as regras de

aposentadoria não devem mais serem revisadas neste ano. Por isso, pode fazer o mesmo em breve. E, apesar de o mercado financeiro não ter reagido ao novo rebaixamento, especialistas dizem que este cenário pode afastar ainda mais os investidores internacionais do Brasil. Outros afirmam, no entanto, que o impacto disso tudo só será sentido de fato em 2019. Por isso, a economia brasileira ainda deve crescer neste ano.

"O rebaixamento do Brasil reflete persistentes e grandes déficits fiscais, a alta crescente da dívida pública e o fracasso em reformas legislativas que melhorariam o desempenho estrutural das finanças públicas", destacou a Fitch. A agência de risco reduziu a nota brasileira de "BB" para "BB-", com perspectiva estável, o que mantém o País dentro do grupo de países considerados maus pagadores, mas reduz o risco de novos rebaixamentos nos próximos meses. "A S&P fez o mesmo em 11 de janeiro. E a tendência é que as agências tenham convergência. Por isso, a Moody's pode fazer o mesmo", disse o **economista-chefe da Austin Rating, Alex Agostini**, lembrando que, um dia depois de o Governo confirmar que a Reforma da Previdência ficaria para depois das eleições devido à intervenção federal no Rio de Janeiro, a Moody's avisou que esta mudança pesaria sobre a nota de risco do País.

Leia também:

Relator descarta mudar regras da Previdência por meio de outras proposições
Agência de classificação de risco rebaixa nota de crédito do Brasil

Agostini explicou que as agências de risco analisam a capacidade do País de honrar as suas dívidas. E essas perspectivas não são boas no Brasil. Afinal, o País continua com um crescimento de receitas reduzido devido à crise econômica, mas vê as suas despesas crescerem cada vez mais, sobretudo por causa da previdência. Portanto, com o adiamento da reforma previdenciária, a possibilidade de o País fazer um ajuste fiscal fica mais distante.

"A desistência da Reforma da Previdência corrobora com a reestruturação fiscal necessária e o crescente déficit das contas públicas, que chegou a quase R\$ 800 bilhões nos últimos seis anos, com previsão de um déficit adicional de mais R\$ 275 bilhões no agregado de 2018 e 2019", frisou o coordenador da Cedepe Business School, Tiago Monteiro, lembrando que o rebaixamento da nota nacional influencia negativamente na confiança do investidor estrangeiro.

Mesmo assim, a **Austin Rating** mantém a projeção de crescimento de 2,7% do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil neste ano, apesar de também prever um déficit fiscal de R\$ 170 bilhões. "A reforma não teria um resultado importante neste ano, pois é um projeto de médio e longo prazo. Além disso, o governo está trabalhando para obter surpresas na arrecadação, como a da privatização da Eletrobras, neste ano. Por isso, é em 2019 que o cenário vai ficar mais desafiador.

Se não tiver receitas extraordinárias, o Governo vai precisar se esforçar para cumprir a regra de ouro no próximo ano", completou a economista do Santander Adriana Dupita, que também acredita em uma alta de aproximadamente 3% do PIB do Brasil em 2017.